

## RESENHA

**KOOPMAN, Colin.** *How We Became Our Data: A Genealogy of the Informational Person.* Chicago: University of Chicago Press, 2019.

Graziano Mazzocchini\*; Rodolpho Venturini\*\*

### Sobre o Nascimento da Infopolítica

Em *How We Became Our Data: a genealogy of the informational person* (2019), Colin Koopman, professor de filosofia da Universidade do Oregon, EUA, apresenta uma tese ousada acerca do modo como a informação e a política se entrelaçaram ao longo do século XX e seus impactos nas formas contemporâneas de subjetividade. O século XX teria conhecido a emergência de um “infopoder”, um poder da informação, dos *data*, que não pode ser reduzido a outras formas específicas de poder tais como o poder disciplinar e o biopoder, analisados por Michel Foucault ao longo da década de 1970. A forma de poder que corre no interior das tecnologias da informação possui mecanismos próprios e consequências políticas irre-

duzíveis àquelas produzidas pelo controle dos corpos e das populações.

Koopman realiza, em seu livro, dois grandes movimentos. Em primeiro lugar, dedica-se a definir e demonstrar empiricamente a especificidade do “infopoder”, do seu modo de operação e de suas técnicas, e diferenciá-lo do poder disciplinar e do biopoder, formas clássicas que influenciam boa parte das investigações sobre a relação entre política e informação na atualidade. Em segundo lugar, fornece uma releitura da história tradicional da ciência e tecnologia da informação, sustentando a necessidade de recuar a investigação para o início do século XX, privilegiando o momento de formulação dessas tecnologias, e não o de sua disseminação, que

\*Mestre em filosofia pela Università di Bologna. Atualmente realiza doutorado em filosofia na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: [grazianomazzocchini@gmail.com](mailto:grazianomazzocchini@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3484-3669>.

\*\*Mestre em filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente realiza doutorado em filosofia na mesma instituição. E-mail: [rventuriniap@gmail.com](mailto:rventuriniap@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7364-2483>.

teria ocorrido só na década de 1970.

Até a publicação de *How We Became Our Data*, as pesquisas de Koopman partiam de um cruzamento entre filosofia política e história da filosofia, abordando sobretudo a tradição pragmatista norte-americana e o pensamento de Michel Foucault. Tais pesquisas deram origem a dois livros: *Pragmatism as Transition* (2009), uma interpretação original da tradição pragmatista, de Peirce a Brandom, a partir do conceito de “transição”, entendido como o “conjunto de estruturas e formas históricas” que permitem uma transformação temporal (FREGA, 2009), e *Genealogy as Critique* (2013), que, por sua vez, pode ser compreendido como um esforço de “reconstruir” o pensamento político e histórico de Foucault, por um lado, aproximando-o da tradição pragmatista e, por outro, em contraste com o pensamento de Jürgen Habermas. A retomada dessas publicações anteriores é interessante pois permite explicitar os compromissos teóricos que viriam a ser desenvolvidos como método aplicado em *How We Became Our Data*. Trata-se nos livros anteriores, e o autor é mais ou menos explícito quanto a isso, de desenvolver uma metodologia inspirada pelos trabalhos de Foucault, mas temperada pela abordagem pragmatista. *Genealogy as Critique* pode, então, ser lido como um grande discurso de método elaborado através da “reconstrução racional” dos pressupostos fundamentais da abordagem foucaultiana

do poder, cuja finalidade é exatamente a de ser colocada em prática em pesquisas específicas. O resultado é uma abordagem que o autor classifica como um “pragmatismo genealógico” (KOOPMAN, 2011), posto em prática justamente em *How We Became Our Data*.

*How We Became Our Data* se organiza em duas partes, cada uma delas seguindo os movimentos anteriormente mencionados. Na primeira delas, numa linha mais propriamente histórica, Koopman aborda o desenvolvimento das tecnologias “infopolíticas” em um momento que vai do início da Primeira Guerra Mundial até o limiar da Segunda Guerra, entre 1913 e 1937. O entrecruzamento entre essas tecnologias foi fundamental para o posterior desenvolvimento da teoria da informação e da prática da informatização da vida humana que viria a se intensificar e ganhar contornos mais definidos, e mais evidentemente perigosos, no final dos anos 1960. A primeira dessas tecnologias aparece em 1913, com o desenvolvimento de mecanismo e técnicas que permitiram o surgimento de uma “informática da identidade documentária”. A segunda dessas tecnologias infopolíticas emerge em 1923 com o desenvolvimento de uma “informática dos traços psicológicos”. A terceira e última tecnologia investigada por essa genealogia pragmática da subjetividade informatizada surge no ano de 1923 com o desenvolvimento de uma “informática do crédito racializado” (KOOP-

MAN, 2019).

Na segunda parte do livro, Koopman se dedica à tarefa conceitual de definir em termos mais gerais a mecânica de operação do “infopoder”. Boa parte do esforço teórico e conceitual de Koopman é dirigido para a tentativa de especificar e diferenciar o que ele chama de “infopoder” daquelas formas de poder anteriormente analisadas por Foucault: o poder disciplinar e o biopoder. Segundo Koopman, os autores que buscaram se inspirar no pensamento de Foucault para pensar a relação entre política e informação na sociedade contemporânea acabaram por ler as técnicas de informatização a partir da lógica disciplinar ou biopolítica, como meros instrumentos para a perpetuação das formas disciplinares e biopolíticas de subjetividade e, com isso, deixaram escapar aquilo que a informação ou a informatização possui de politicamente singular. Ou seja, ao se preocupar com a biopolítica e com a disciplina, deixam de lado a infopolítica.

A fim de levar a cabo seu esforço de contraste, Koopman chega a apresentar uma teoria geral do poder. O poder, segundo ele, “pode ser analisado (ao menos) a partir de quatro categorias constituintes: *técnica, operação, sujeito e racionalidade*” (KOOPMAN, 2019,

p.160)<sup>1</sup>. A técnica seria o modo como o poder opera. A operação, aquilo que ele faz, aquilo que ele produz (KOOPMAN, 2019, p.160). “Toda técnica de poder exerce operações específicas de poder (...), e toda operação de poder é exercida por técnicas de poder” (KOOPMAN, 2019, p.161). Os sujeitos são o “material” das operações, sendo que “o papel dessas operações na formação de quem nós somos e o que devemos fazer não pode ser subestimado” (KOOPMAN, 2019, p.161). Além disso, é preciso ter em mente, segundo ele, que as “operações técnicas e os sujeitos que elas visam são coproduzidas e frequentemente entram em uma relação recíproca amplificativa de *feedback*” (KOOPMAN, 2019, p.161), levando a um ajuste que, por sua vez, é mediado por um “modo de racionalidade” que coordena esses ajustes (KOOPMAN, 2019, p.161)<sup>2</sup>.

A partir dessa concepção geral de poder, Koopman irá reivindicar a especificidade do infopoder em relação às outras formas de poder analisadas por Michel Foucault. Com isso, ele não pretende demonstrar a necessidade de abandonar a análise de formas de poder como a soberania, o poder disciplinar e o biopoder, mas, nas suas palavras “enriquecer o repertório conceitual da teo-

<sup>1</sup>Todas as traduções são de responsabilidade dos autores desta resenha.

<sup>2</sup>O infopoder também está conectado a um “modo de racionalidade” chamado por ele de “data episteme”, segundo o qual o imperativo de acumulação de cada vez mais informação é um fim em si mesmo. “Precisamos de mais informação porque estamos inundados por informação” e mesmo que a conhecimento e informação não sejam a mesma coisa, os “dados são aquilo que melhor produzem conhecimento” (KOOPMAN, 2019, p.160).

ria política crítica” (KOOPMAN, 2019, p.161). Assim, segundo ele:

meu argumento é o de que compreender a política que opera em cada caso específico requer que a nossa atenção analítica seja estendida para além dos limites do poder soberano, do poder disciplina e do biopoder. Minha reivindicação não é a de que o infopoder toma o lugar ou nega esses outros modos de poder – apenas de que ele opera além dos seus limites (KOOPMAN, 2019, p.163).

Trata-se, para Koopman, de sustentar a irreduzibilidade do infopoder, mesmo aceitando que “táticas de informação podem ser localizadas no interior das formas anteriores de exercício do poder” (KOOPMAN, 2019, p.163)<sup>3</sup>. Em um certo momento, essas táticas já inscritas no interior das outras formas de poder podem adquirir importância po-

lítica por si próprias. Aquilo que viria a se tornar o infopoder já estava inscrito e estratificado nas camadas das outras modalidades de poder (KOOPMAN, 2019, p.163). Uma vez que elas se tornaram independentes, sua “teorização se torna uma tarefa urgente para a teoria crítica contemporânea” (KOOPMAN, 2019, p.163).

Para Koopman, na contemporaneidade, o infopoder é aquilo que produz a informação, e não contrário. A informação, nesse contexto, nunca é neutra na medida em que é sempre já constituída segundo os parâmetros do infopoder. De acordo com o esquema de Koopman, o infopoder está baseado em técnicas de *Formatação* (*formatting*) e operações de *Fastening*<sup>4</sup>. *Formatação* e *Fastening* se referem às técnicas específicas do infopoder e ao “modo como o poder opera por meio dessas técnicas com operações de encapsulamento e aceleração” das quais as “pessoas informacionais” são os sujeitos e os alvos (KOOPMAN, 2019, p.159). A *Formatação* é o processo pelo qual a subjeti-

<sup>3</sup>Cabe chamar atenção para o fato de que já em *Vigiar e Punir*, um aspecto absolutamente relevante da normalização e poder disciplinar é o de fazer a “individualidade entrar num campo documentário” (FOUCAULT, 1987, p.157). Segundo Foucault, o “exame que coloca os indivíduos num campo de vigilância situa-os igualmente numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registro intenso e de acumulação documentária. Um ‘poder de escrita’ é constituído como uma peça essencial nas engrenagens da disciplina. Em muitos pontos, modela-se pelos métodos tradicionais da documentação administrativa. Mas com técnicas particulares e inovações importantes” (FOUCAULT, 1987, p.157). Constituem-se, então, o que Foucault chama de “códigos de individualidade disciplinar que permitem transcrever, homogeneizando-os, os traços individuais estabelecidos pelo exame: código físico de qualificação, código médico dos sintomas, código escolar ou militar dos comportamentos e dos desempenhos. Esses códigos eram ainda muito rudimentares, em sua forma qualitativa e quantitativa, mas marcam o momento de uma primeira ‘formalização’ do individual dentro de relações de poder” (FOUCAULT, 1987, p.158). Ainda, “entre as condições fundamentais de uma boa ‘disciplina’ (...) é preciso incluir os processos de escrita que permitem integrar, mas sem que se percam, os dados individuais em sistemas cumulativos; fazer de maneira que a partir de qualquer registro geral se possa encontrar um indivíduo e que inversamente cada dado do exame individual possa repercutir nos cálculos de conjunto” (FOUCAULT, 1987, p.158)

<sup>4</sup>O termo em inglês “*fastening*” é de difícil tradução, sobretudo em razão do duplo sentido explorado pelo autor, evocando ao mesmo tempo as ideias de “captura” e “aceleração”. Por essa razão, optou-se por manter o termo em inglês.

vidade informacional é moldada conforme categorias pré-estabelecidas. O *Fastening* é entendido por Koopman em um sentido duplo: por um lado, é aquilo que encapsula, enquadra e canaliza; por outro, induz uma aceleração. Trata-se de um processo de fixação da subjetividade em uma forma dada previamente e que permite que essa subjetividade seja rapidamente mobilizada. Segundo o esquema de Koopman, “o infopoder, enquanto modalidade distinta de poder, lança mão de técnicas de formatação para realizar a sua obra de produção e refinamento de pessoas informacionais, as quais estão sujeitas às operações de *fastening*” (KOOPMAN, 2019, p.12).

Koopman associa o funcionamento do infopoder ao esquema canônico da teoria dos sistemas de informação: *input-processamento-output* (IPO). O exemplo fornecido por Koopman para ilustrar tal exercício é o das redes sociais: no momento em que interagimos com uma das plataformas, informando nossos dados (e.g. Facebook ou Academia.edu), estas nos fixam (“*pin us down*”) a um conjunto de formatos, categorias e módulos preestabelecidos que, na mesma medida em que nos encapsulam e aceleram, nos produzem enquanto perfis de mídia social (KOOPMAN, 2019, p.12-13). O resultado é que passamos a nos conceber a partir desses perfis que, por sua vez, são previamente definidos segundo esquemas fixos previamente formula-

dos. Dado o funcionamento do infopoder, longe de se justaporem extrinsecamente às nossas “incorporações” (*embodiments*) e “mentalizações” (*mindednesses*), os nossos dados nos constituíram naquilo que somos e podemos ser, e nós nos revelaríamos enquanto *cyborgs* cuja existência se prolongaria nestes mesmos dados (KOOPMAN, 2019, p.8).

A argumentação de Koopman apresenta-se desde o início acompanhada por uma recusa metodológica preliminar de pôr-se em um nível ontológico fundamental. Trata-se, mais modestamente, de um esboço de uma genealogia de um tipo específico de sujeito histórico, aquém do qual não há – ou ao menos não deveríamos supor que haja – nenhuma substância antropológica (metafísica) que lhe subjaz. Em outros termos, para Koopman, não há nenhum si autêntico para além da nossa constituição pelos dados – pela nossa “dadificação”, pois este mesmo si constitui-se a partir de uma pragmática. Nós, hoje, somos “pessoas informacionais”.

A possibilidade de decomposição das técnicas de formatação, de sua recomposição, ou mesmo de uma verdadeira resistência a elas, apenas poderia ocorrer caso haja uma compreensão histórica da maneira pela qual somos produzidos e nos produzimos enquanto “pessoas informacionais” – ou seja: genealogicamente. Isso significa, para Koopman, não simplesmente seguir a esteira das categorias analíticas formu-

ladas previamente por Foucault, como fazem outros autores, mas a necessidade de pensar a originalidade dessa forma de poder que residiria no interior da própria informação e não pode ser subsumida pelas técnicas disciplinares, cujo foco reside no controle do corpo, ou pelas técnicas biopolíticas, cujo foco reside no controle da população. Koopman frisa que não fomos sempre constituídos pelas nossas informações. As nossas informações passariam a ter primazia na constituição da personalidade num momento bem definido: os primeiros vinte anos do século XX, isto é, em um momento em que a população já havia sido produzida enquanto objeto de um saber estatístico e as individualidades já formadas pelas técnicas disciplinares e de confissão do fim do século XIX (KOOPMAN, 2019, p.6).

Ao situar o nascimento da infopolítica no início do século XX, Koopman visa atacar um consenso relativamente bem estabelecido num espectro bastante amplo que vai da teoria dos novos meios de comunicação à história da comunicação, da ciência e da tecnologia. Segundo esse consenso, o traço informacional da nossa subjetividade seria produto de um acontecimento tecnológico muito recente, fruto dos últimos vinte ou trinta anos – isto é, remontaria, no máximo, à década de 1970. Além disso, as origens daquilo que para Donna Haraway é a “informática da dominação” remontariam no máximo ao

imediatamente pós-guerra (1948), com o surgimento da então chamada “teoria da informação” (KOOPMAN, 2019, p.16-19). Diante desse consenso, a pergunta que Koopman se coloca é a seguinte: por que justamente em 1948 autores de campos diversos tornaram-se tão preocupados com os problemas de uma teoria da informação? A genealogia – e em certa medida a arqueologia, embora o autor não use o termo – da teoria da informação precisaria retroceder ainda mais historicamente para dar conta do modo com a informação veio a se tornar uma preocupação urgente a ponto de ser o objeto de uma multiplicidade de teorias.

Ainda que Koopman reivindique a historicidade desse poder da informação, parece ser pertinente, no entanto, colocar a questão sobre quão bem-sucedido ele é ao estabelecer essa tese. Essa dúvida surge sobretudo do fato de não ser fornecido um conceito claro de informação ao longo do texto. Koopman nunca chega a tratar do estatuto da informação enquanto tal ou distinguir o conceito de informação de outros como, por exemplo, o de “saber” ou de “linguagem”. Essa ausência parece fazer com que seu conceito de infopoder seja definido a partir de um esquema excessivamente genérico.

Segundo nossa hipótese interpretativa, a pretensão de especificidade do infopoder não se sustentaria uma vez que a definição fornecida por Koopman não proporciona elementos suficientes

para distinguir, a rigor, aquilo que ele entende por informação. Em especial parece difícil distinguir a informação tal como pressuposta pelo infopoder, daquela caracterização mais geral do entrelaçamento entre saber e poder que Foucault chama de dispositivo. Em outras palavras, em seu esforço de especificar o infopoder e fornecer uma caracterização concreta, Koopman acaba recorrendo a um esquema genérico que faz com que sua definição seja demasiadamente abstrata. O esquema de captura e mobilização da subjetividade aparece como um esquema muito geral preenchível a princípio por qualquer tecnologia de poder. Se isso for verdade, a pretensão de levar a cabo a descrição genealógica de uma verdadeira “personalidade informacional” (KOOPMAN, 2019, p.36) não conseguiria, no fim das contas, extrapolar a tautologia segundo a qual toda personalidade ou subjetividade é pré-formada ou, melhor dizendo, (in)formada, conforme determinados modos de saber, ou ainda, de que a subjetividade é mediada pelo universo simbólico e linguístico no interior do qual se produz<sup>5</sup>.

Nessa linha, seria possível dizer que a

própria noção de informação, tal como ela é concebida enquanto interna ao infopoder, no limite, não se distinguiria do próprio conceito de linguagem, exatamente na medida em que esta última constitui um dispositivo segundo a sugestão de Giorgio Agambem. Ou seja, a informação, assim como a linguagem, seria um dispositivo. Ao definir o dispositivo, Agambem, pensa essa noção com Foucault, mas, ao mesmo tempo, força explicitamente os seus limites, transpondo-o para o seu “avesso ontológico” (AGAMBEM, 2006, p.20-21)<sup>6</sup>. Para o filósofo italiano, é possível chamar de dispositivo “literalmente qualquer coisa tenha de alguma forma a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, moldar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEM, 2006, p.21-22). O dispositivo, segundo a definição de Agambem, é basicamente uma máquina de produção de subjetivações (AGAMBEM, 2006, p.29) e, nesse sentido, a linguagem poderia ser considerada como “talvez o mais antigo entre os dispositivos, no qual milhares e milhares de anos atrás um primata (...)

<sup>5</sup>Uma vez que o dispositivo é justamente aquilo torna visível organiza papeis e hierarquias de pessoas e funções (Bazzicalupo 2010, p.34-35).

<sup>6</sup>Cf. o seguinte trecho retirado do capítulo 4 do livro de Koopman, no qual a própria técnica de formatação vem explicitamente assimilada à estrutura do dispositivo foucaultiano, porém em termos tão gerais que podem lembrar também a definição agambeniana da mesma noção: “A formatação em cada um de seus estágios de *inputting*, processamento e *outputting* exemplifica um poder que conduz a nossa conduta. Ele prepara as pessoas para usos incontáveis, e também inesperadamente para muitos abusos. Este trabalho de formatação não é em si necessariamente opressivo, dominador ou de outra forma violento. Os formatos, antes de coagir, dispõem, se quisermos adotar uma formulação cogente retirada da discussão de Davide Panagia em torno das aplicações midiáticas do conceito foucaultiano de *dispositif* (um conceito, este, que resiste à tradução, mas que ressoa no meu uso de *assembly*). Funcionando enquanto um dispositivo, a formatação pode tanto limitar a nossa liberdade (*freedom*) quanto dar abertura às nossas liberdades (*liberties*)” (KOOPMAN, 2019, p.159).

teve a inconsciência de se deixar capturar” (AGAMBEM, 2006, p.22).

A princípio, Koopman poderia contra-argumentar dizendo simplesmente que de fato sua concepção do infopoder possui uma inspiração explicitamente foucaultiana e, desse modo, tratar a informação como um dispositivo não seria um problema. No entanto, admitir essa identidade entre “informação” e o conceito mais geral de linguagem enquanto dispositivo parece pôr em xeque a própria tese histórica de Koopman segundo a qual a informação só teria passado a dirigir os processos de subjetivação no início do século XX. Uma vez que Koopman não fornece os meios para, a rigor, discernir informação e linguagem, resultam abaladas, ou até minadas, as duas teses “fortes” de sua investigação: a conceitual, pois o intuito de, na esteira dos

inquéritos histórico-filosóficos de Foucault, fazer emergir uma configuração singular de técnicas de poder periga deslizar rumo a uma ontologia fundamental que a princípio ele pretende dispensar (KOOPMAN, 2019, p.8) e, de forma correlata, a histórica, pois a cronologia definida para dar conta do nascimento da infopolítica poderia resultar até mesmo arbitrária à luz desse déficit de fundamentação da conceitual. Quando a “informação” não constitui subjetividades e em que momento nós começamos a nos conceber de fato como sujeitos informacionais? Caso o próprio conceito de informação não seja historicizado, a resposta parece ser apenas uma: sempre. A proposta de Koopman, assim, não seria mais satisfatória do que aquela fornecida pelo consenso que ele pretendeu atacar. Ao contrário, seria tão arbitrária quanto ela.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Che cos'è un dispositivo?* Roma: Nottetempo, 2006.
- BAZZICALUPO, Laura. *Biopolitica. Una mappa concettuale*, Roma: Carocci, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Dispositivi e soggettivazioni*, Milano: Mimesis, 2013.
- FREGA, Roberto. “Colin KOOPMAN, Pragmatism as transition. Historicity and Hope in James, Dewey, and Rorty”, *European Journal of Pragmatism and American Philosophy [Online]*, I-1/2 | 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits II 1976-1988*, Paris: Gallimard, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.
- KOOPMAN, Colin. *Pragmatism as transition. Historicity and Hope in James, Dewey, and Rorty*, Columbia University Press, New York, 2009.
- \_\_\_\_\_. “Genealogical pragmatism: how history matters for Foucault and Dewey”. *Journal of the Philosophy of the History*, 5 (2011), pp.533-561, Leiden - Brill NV, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Genealogy as Critique: Foucault and the Problems of Modernity*, Indiana University Press, 2013.
- \_\_\_\_\_. *How We Became Our Data: A Genealogy of the Informational Person*. Chicago: University of Chicago Press, 2019.

**Recebido:** 30/09/2020

**Aprovado:** 23/01/2021

**Publicado:** 31/01/2021